



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA
LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DO CAMPUS DOS
MALÊS**

BRUNO BRASIL NUNES

**ESTEREÓTIPOS SOBRE A ÁFRICA NA VISÃO DE
PROFESSORES E ALUNOS DE ESCOLA DO ENSINO
MÉDIO DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS: DESAFIOS E
AVANÇOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03**

São Francisco do Conde

2018

BRUNO BRASIL NUNES

**ESTEREÓTIPOS SOBRE A ÁFRICA NA VISÃO DE
PROFESSORES E ALUNOS DE ESCOLA DO ENSINO
MÉDIO DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS: DESAFIOS E
AVANÇOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03**

Trabalho de Conclusão de Curso – Modalidade
Projeto de Pesquisa – apresentado ao Instituto de
Humanidades e Letras do Campus dos Malês da
Universidade da Integração Internacional da
Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito
para obtenção de título de Bacharel em humanidades.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Teodoro

São Francisco do Conde

2018

BRUNO BRASIL NUNES

**ESTEREÓTIPOS SOBRE A ÁFRICA NA VISÃO DE
PROFESSORES E ALUNOS DE ESCOLA DO ENSINO
MÉDIO DO MUNICÍPIO DE CANDEIAS: DESAFIOS E
AVANÇOS DA IMPLEMENTAÇÃO DA LEI 10.639/03**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em 25 de Outubro de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Cristina Teodoro (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Profa. Dra. Maria Cláudia Cardoso Ferreira

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof. Dr. Márcio André de Oliveira Santos

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

SUMÁRIO

| | | |
|-----------|------------------------------------|-----------|
| 1 | INTRODUÇÃO | 5 |
| 1.1 | PROBLEMA DA PESQUISA | 8 |
| 2. | JUSTIFICATIVA | 8 |
| 3. | REVISÃO DA LITERATURA | 10 |
| 4. | OBJETIVOS | 19 |
| 4.1 | OBJETIVO GERAL..... | 19 |
| 4.2 | OBJETIVOS ESPECÍFICOS..... | 19 |
| 5. | METODOLOGIA | 19 |
| 6. | CRONOGRAMA | 23 |
| | REFERÊNCIAS | 24 |

1- INTRODUÇÃO

Historicamente, o mito da democracia racial no Brasil vem fazendo com que crianças, jovens e adultos acreditem na ideia de um paraíso harmonioso, sem a existência de preconceitos e discriminação racial. As práticas sociais e a realidade, demonstram o contrário. Com a promulgação da lei 10.639/03 que define a inclusão, pelas escolas da educação básica, em seus currículos, conteúdos sobre a história e a cultura africana afro-brasileira, surge como desafio para os professores de educar para as relações étnico-raciais. É importante frisar que por séculos essas relações foram pautadas em superioridade e inferioridade, nas quais, brancos acreditavam serem superiores em relação aos demais grupos étnico-raciais.

A escola é um espaço privilegiado para a construção das primeiras concepções da realidade. Por isso, tem o poder de construir no imaginário das crianças, jovens e adultos, estereótipos que inferiorizam pessoas por suas “diferenças”. Desde criança, nesse espaço, mecanismos são desenvolvidos por meio de ideologias que manipulam a forma de pensar, viver e agir, e apresentam, muitas das vezes, a realidade de forma distorcida. No caso da sociedade brasileira, é possível afirmar que são incutidos, no imaginário das crianças, a ideologia do branqueamento, entendido como, uma forma de assimilação na qual os negros agregam seus valores ao branco, sendo que seus impactos faz com que as pessoas, e, no caso específico, as crianças negras, assumam uma identidade imposta pela sociedade, negando a si mesmo, suas raízes, suas culturas.

Desde a promulgação da lei 10.639/2003, várias ações vêm sendo implementadas, particularmente na seara da educação, no entanto, estudiosos sobre a temática são categóricos em afirmar que é necessário o desenvolvimento de processos formativos para os professores, já que, como afirma Mattos (2003, p. 135) “ensinar história da África aos alunos brasileiros é a única maneira de romper com a estrutura eurocêntrica que até hoje caracterizou a formação escolar brasileira”.

Assim, há que se entender que para haver transformação de visões, é importante considerar que o espaço escolar, é de fundamental importância. Os

professores, como parte de uma sociedade e culturas pautadas pelo racismo, têm atitudes e práticas pedagógicas, resultantes de visões eurocêntricas¹ e quando são instigados a enfrentarem situações em que o racismo e a discriminação estão presentes ou necessitam discutir temas relacionados à história e a cultura africana e afro-brasileira, não se sentem aptos. Oliva nos alerta que;

Muitos professores formados ou em formação, com algumas exceções, nunca tiveram, em suas graduações, contato com disciplinas específicas sobre a História da África. Soma-se a esse relevante fator a constatação de que a grande maioria dos livros didáticos de História utilizada nesses níveis de ensino não reserva para a África espaço adequado, pouco atentando para a produção historiográfica sobre o Continente. Os alunos passam, assim, a construir apenas estereótipos sobre a África e suas populações. (OLIVA,2003, p.428-429)

Percebe-se, de acordo com pesquisadores sobre a temática, a existência de uma imagem negativa e estereotipada sobre o continente africano e tudo indica que esta visão se reflete, no Brasil, em função dos resultados do processo de escravização, ocorrida no século XV e, posteriormente, em seus desdobramentos. No caso da África, a sua história, até muito recentemente, era contada apenas sob a perspectiva ocidental. Os africanos eram considerados povos “sem história”, “bárbaros” ou não “civilizados”.

No Brasil, para a população negra em geral e para alunos negros, em particular, é difícil pertencer a um grupo étnico-racial com tais representações e ter que assumir sua identidade de forma valorizada quando se aprende que são descendentes de negros que eram escravizados, sem culturas e “povos sem história”. Silva (2005) nos diz que os estereótipos e o processo de desumanização fazem com que muitas pessoas negras não se aceitem, ou seja, não se reconhecem em suas culturas, muitas vezes, preferem assumir identidades que são mais aceitas pela sociedade, a branca.

A percepção construída no imaginário social sobre o continente africano, cada vez mais se distancia da realidade. Essa imagem pré-concebida que tenta definir a África, é resultado de um processo histórico de escravidão e desumanização.

¹ Eurocentrismo é uma expressão que emite a ideia que centraliza a Europa, na qual coloca somente a cultura e história europeia como a verdadeira. Disponível em: <<https://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/eurocentrismo.htm>>

Percebe-se que essa imagem negativa e de vitimização ainda se encontra no imaginário social brasileiro, “Para além da educação escolar falha, é certo afirmar que as interpretações racistas e discriminatórias elaboradas sobre a África e, incorporadas pelos brasileiros, são resultados do casamento de ações e pensamentos do passado e do presente” (OLIVA,2003, p.431).

É necessários alguns questionamentos para entender o porquê dessa imagem negativa, a) como se construiu essa percepção negativa que inferioriza a África e os africanos? Oliva (2007) nos diz que que essa imagem se construiu na medida em que o ocidente se admirava, se achava superior, dotado de conhecimentos e beleza, “Ao mesmo tempo, tal relação é fundamental para a afirmação/reelaboração da própria identidade. Nesse movimento os europeus emprestaram, quase sempre, um aspecto de inferioridade aos povos da região” (idem,433). B) quais objetivos se pretende adquirir com ideologias de vitimização e sofrimento do continente africano? Munanga (2003) nos mostra que toda ideologia esconde seu real interesse de dominação. C) como a história da África é ensinada nas escolas? “Silêncio, desconhecimento e representações eurocêntricas. É possível, assim, definir o entendimento e a utilização da História da África nas coleções didáticas de História no Brasil” (OLIVA,2003, p.429). Entende-se que essas ideologias fazem pensar a África e os africanos como vitimizados, bárbaros, e em estado de miséria, escondendo, assim, o real interesse ao atribuir esses estereótipos à África e aos africanos.

No entanto, histórias recentes têm demonstrado e resgatado que a África não é somente um continente que carrega as cicatrizes do período da escravidão. É, também, um continente rico em culturas e conhecimentos. A África trata-se de um continente privilegiado no que diz respeito à riqueza da fauna e da flora, além da biodiversidade e da mescla cultural de seu povo que combina línguas, culturas e crenças capazes de torná-la multicultural e extremamente interessante. A África é o terceiro maior continente do mundo, surpreende por belas praias que são banhadas pelos oceanos Atlântico e Índico, com áreas paradisíacas e que remontam cenários amplamente divulgados para o turismo, entretanto sem a mesma movimentação e o mesmo prestígio.

A promulgação Lei 10.639, em 2003, no Brasil, tem papel fundamental nesse resgate, interpretando a história da África, a partir do seu devido lugar. Sendo assim, compreende-se que professores têm elementos suficientes para modificarem suas práticas ao tratar sobre o continente africano em sala de aula, superando, assim, suas visões racistas, estereotipadas e discriminatórias ao apresentar o continente como vitimizado e desvalorizado. Os professores necessitam partir de novas abordagens sobre a história da África em salas de aula, de positiva, destacando a importância do continente africano para o mundo e suas riquezas, sendo assim, a imagem negativa que se consolidou no imaginário, começará a ser reconstruída.

1.1 - PROBLEMA DE PESQUISA

É de extrema importância analisar quais concepções sobre a África os professores têm construído em seus imaginários, após 15 anos de implementação da Lei 10.639/2003, e compreender como eles têm abordado a temática em salas de aula. Somente ensinar a história da África não basta, é necessário analisar como a história do continente africano está sendo ensinada para os alunos. Além disso, compreende-se fundamental saber quais são as concepções que alunos que têm desenvolvido. É necessário verificar se está havendo uma desconstrução no imaginário dos mesmos. Nessa direção é que se formula e fundamenta o problema do presente projeto. Assim, questiona-se:

Em que medida após 15 anos de implementação da lei 10.639/03 as visões sobre a África, na percepção de professores e alunos do ensino médio, se modificaram?

2. JUSTIFICATIVA

Comecei a estudar no ensino médio em 2013, na escola Municipal Yeda Barradas Carneiro, na cidade de Candeias. A cidade de Candeias foi fundada em 14 de agosto de 1958, atualmente tem uma população aproximada em 90 mil habitantes. Quando estudei no ensino médio, não me ensinaram a respeito do continente africano, mesmo já existindo a Lei 10.639/03 há 10 anos, que, como dito, tornou obrigatório a história e cultura africana e afro-brasileira, na educação básica. As concepções que tinha sobre a África eram estereotipadas, na minha percepção, a África era um “país”

no qual só existiam negros, era um “país isolado”, repleto de doenças e pobreza. Esses estereótipos construídos no meu imaginário, foi fruto de ideologias carregadas de intenções racistas e de inferiorização em relação aquele continente.

Lamentável, cresci com uma percepção preconceituosa sobre o continente africano por ser ensinado, todos os dias, por meio dos meus pais, da mídia e dos livros didáticos, uma história da África, sob um viés negativo. Ao assistir noticiários que falavam sobre o continente africano, a única coisa que ouvia falar era sobre a pobreza e as doenças que assolavam o continente africano. Era uma construção tão potente que ao ouvir sobre África, em minha mente já vinha uma imagem pré-concebida, uma imagem negativa e estereotipada, repletas daquelas imagens inferiorizadas.

Ao finalizar os últimos anos do ensino médio, resolvi ingressar em uma faculdade que me ensinasse sobre o continente africano. Ao começar a estudar na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), me dei conta da perversidade do racismo presente nos meios escolares, nos quais havia estudado até então. Com isso, me despertou uma inquietação: tentar compreender os motivos pelos quais existe uma imagem tão negativa enraizada no imaginário brasileiro, quando se refere ao continente africano. Queria entender como os professores, após a promulgação da Lei 10.639/2003, estavam trabalhando conteúdos sobre a história do continente africano, já que, no período em que eu estudava no ensino fundamental e médio, não ouvi os professores falarem sobre ele. Tudo indicava que era algo bem delicado para ser discutido em salas de aula, ou, os professores não tinham conhecimento suficiente que lhes garantissem segurança para ensinar.

Refletindo, com um legado de mais de 300 anos de escravidão e sendo o Brasil o país que mais recebeu mão de obra escrava, talvez esse seja um dos motivos que faz com que se sustente, ainda, a ideia de inferioridade da raça negra e de superioridade daquela tida como branca. Sendo assim, ao propor este projeto espero contribuir para a compreensão de como alunos e professores, especificamente do ensino médio, vêm trabalhando sobre os estereótipos que foram construídos e se, com a obrigatoriedade da Lei 10.639/2003, o espaço escolar tem tornando-se palco para novos olhares sobre a África, com positividade. Como nos diz Monteiro (2004)

Ao abordar o tema sobre a África, é necessário que busquemos mostrar aspectos positivos de sua realidade, pois o que sempre foi mais mostrado corresponde exatamente a ideia expressa nos grupos (escola, mídia, etc.), as distorções geradas no imaginário social pela hegemonia do pensamento social das elites, uma África de sofrimentos, miséria, de guerras de escravos, endêmicas de leão, onça, lobos, assim por diante, etc. (p.02)

Além do exposto, o projeto contribuirá também para verificar se ao longo dos anos, novas pedagogias foram desenvolvidas, visando a inserção de temas relacionados às diversidades culturais. Portanto, no campo político e acadêmico, por meio do desenvolvimento do projeto, será possível apreender como estão dispostas as imagens sobre o continente africano nos livros didáticos de história. Como ensina Oliva (2003, p. 431)

Reproduzimos em nossas ideias as notícias que circulam pela mídia, e que revelam um Continente marcado pelas misérias, guerras étnicas, instabilidade política, AIDS, fome e falência econômica. Às imagens e informações que dominam os meios de comunicação, os livros didáticos incorporam a tradição racista e preconceituosa de estudos sobre o Continente e a discriminação à qual são submetidos os afrodescendentes aqui dentro.

Por meio desse projeto e futura pesquisa, quiçá será possível compreender, como e o que, os alunos do ensino médio estão aprendendo sobre o continente africano. Desse modo, a pesquisa contribuirá para o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas que contribuirá com que os professores tematizem sobre a história e a cultura africana e afro-brasileira, permitindo, assim, que ensinem numa perspectiva que coloque a África e os africanos, como donos da própria história. Também contribuirá para diminuição do racismo nas escolas, pois o projeto poderá suscitar uma melhor compreensão de como enxergar o “outro”.

3. REVISÃO DA LITERATURA

A educação no Brasil nem sempre foi pensada “para todos”, independente da raça ou etnia. No caso da população negra, a educação se construiu por meio de um processo histórico de luta e de resistência do movimento negro, já que, como argumenta Silva (2007, p.495), aos negros “foi negado a possibilidade de aprender a

ler, ou se lhes permitia, era com o intuito de inculcar-lhes representações negativas de si próprios e convencê-los de que deveriam ocupar lugares subalternos na sociedade”. Ao tratar sobre o tema em anos anteriores a autora em questão, em parceria com Silva, ressalta que

Sobretudo os africanos escravizados estavam impedidos de aprender a ler e escrever, de cursar escolas quando estas existiam, embora a alguns fosse concedido, a alto preço, o privilégio, se fossem escravos em fazendas de padres jesuítas. Estes, visando a “elevação moral” de seus escravos, providenciavam escolas, para que os filhos dos escravizados recebessem lições de catecismo e aprendessem as primeiras letras, sendo-lhes impedido, entretanto, almejar estudos de instrução média e superior. (GONÇALVES, SILVA, 2000, p.135).

Os autores, ao discorrerem sobre o trabalho mencionado, apresentam informações que torna possível a compreensão de uma possível cronologia sobre o processo educacional dos negros nos séculos XIX e XX. Segundo os mesmos, nesse período, existia uma lei que oferecia escolas para crianças negras, porém, havia um desinteresse por parte do Estado brasileiro para o desenvolvimento de ações e de estratégias que garantissem a sua implementação. Nesse sentido, ressaltam que “foram as entidades negras que, na ausência dessas políticas, passaram a oferecer escolas visando a alfabetizar os adultos e promover uma formação mais completa para as crianças negras”. (Idem, p.140)

Naquela época, particularmente nos anos 20 do século passado, o movimento negro passou a desenvolver estratégias para alfabetizar a população negra, para eles, “fazia-se, assim, um esforço contínuo para convencer os que acreditavam que ‘estudo não era para negro, para pobre’, e que a estes somente restaria o trabalho duro” (idem, p.142). Sendo assim, mesmo oferecendo cursos noturnos, a procura para alfabetização era bem pouca. Eles continuam afirmando que foram as contribuições de jornais negros da época, e atores negros, por meio de suas peças teatrais que estimularam os negros, na procura de se alfabetizar.

Tratava-se de uma estratégia que, para aumentar o índice de escolarização da população negra, via como importante ponto de partida inculcar nos indivíduos a ideia de que a educação é um capital cultural de que os negros precisavam para enfrentar a competição com os brancos, principalmente com os estrangeiros. (GONÇALVES, SILVA, 2000, p.141).

Apesar dos esforços concentrados, a situação educacional dos negros, naquele momento, pouco foi alterada. Na verdade, isso ocorreu somente a partir da década de 1970. Antes desta década, especificamente nos anos 30, o país passou a ser apresentado como aquele que disfrutava de uma democracia racial, ou seja, uma sociedade em que se aceitava as diversidades e as diferenças culturais. Um dos discursos que era utilizado, naquela época e, até os dias atuais, é de que vivemos em uma sociedade sem racismo e sem discriminação. Para Gomes (2005), esses discursos tentam ocultar séculos de inferioridade.

Esse tipo de argumento é muito usado para explicar a suposta inexistência do racismo no Brasil e ajuda a reforçar a ambiguidade do racismo brasileiro. Além de demonstrar um profundo desconhecimento histórico e conceptual sobre a questão, esse argumento nos revela os efeitos do mito da democracia racial na sociedade brasileira, esse tão falado mito que nos leva a pensar que vivemos em um paraíso racial. (p.148)

Da mesma forma Silva (2007), reforça tal visão quando diz que a “visão distorcida das relações étnico-raciais vem fomentando a ideia de que vivemos harmoniosamente integrados, numa sociedade que não vê as diferenças. Considera-se democrático ignorar o outro na sua diferença” (p.498). Nesse sentido, é possível perceber que o racismo está presente na sociedade brasileira como um todo e, principalmente, no ambiente escolar. No Brasil, os conflitos existentes entre os diferentes grupos étnico-raciais fazem parte da história do país, mais recentemente Silva (2007) ao elaborar sobre o tema enfatiza que “para desencadear, executar, avaliar processo de educação das relações étnico-raciais é preciso que se compreenda como processos de aprender e de ensinar têm se constituído, entre nós, ao longo dos 507 anos de história de formação da nação.” (p.491).

A autora segue argumentando que ao se educar as relações de pessoas de diferentes grupos étnico-raciais se cria uma mudança de como enxergamos o outro, na qual achamos ser inferiores. Segundo a mesma, o objetivo de educar as relações raciais é formar pessoas que aceitem as diversidades étnico-raciais e que sejam criadas oportunidade para todos, independentemente do seu grupo étnico-racial.

A educação das relações étnico-raciais tem por alvo a formação de cidadãos, mulheres e homens empenhados em promover condições de igualdade no exercício de direitos sociais, políticos, econômicos,

dos direitos de ser, viver, pensar, próprios aos diferentes pertencimentos étnicos-raciais e sociais. (SILVA, 2007, p.490)

É importante não somente apresentar as diversidades culturais às crianças negras, mas é necessário educar, também, as crianças brancas que são afetadas ao construírem ideologias de superioridade em relação aos “outros”. De acordo com Munanga,

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, principalmente branca, pois ao receber uma educação envenenada pelos preconceitos, eles também tiveram suas estruturas psíquicas afetadas. (2005, p.16).

Ao se tratar das relações étnico-raciais no espaço escolar, é necessário considerar diferentes aspectos, porém, particularmente, os materiais didáticos. Esses, têm o poder de construir e principalmente de destruir a autoestima das crianças negras e, os conteúdos e imagens relacionados à sua história e cultura.

Os sujeitos dessas culturas são representados, em grande parte, nos meios de comunicação e materiais pedagógicos, sob forma estereotipada e caricatural, despossuídos de humanidade e cidadania. No livro didático a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe média. (SILVA,2005, p.21)

Segundo Gonçalves e Silva (2000), já no século XX, os negros eram apresentados com uma imagem negativa nos livros didáticos e que foi necessário a intervenção do movimento negro para uma reforma nesses materiais. Como ressaltam, “em 1987, entidades negras de Brasília pressionaram a Fundação de Assistência ao Estudante (FAE) para que fossem adotadas medidas eficazes de combate ao racismo no livro didático” (P.153).

Além dos livros didáticos, certamente são os professores que têm plenos poderes dentro do espaço escolar. Eles, pautados pelo racismo, discriminam e constroem imagens de inferioridade do alunado negro, assim, criam uma parede invisível com a qual separam e tratam os alunos de maneira diferente, por causa da cor de sua pele. Em 1934 Silva citado por Gonçalves e Silva, nos diz que;

Ainda há grupos escolares que recebem negros porque é obrigatório, porém os professores menosprezam a dignidade da criança negra, deixando-os de lado para que não aprendam, e

os pais pobres e desacomodados pelo pouco desenvolvimento dos filhos resolvem tirá-los da escola e entregar-lhes serviços pesados (SILVA, 1934 apud GONÇALVES, SILVA 2000, p.143)

No entanto, tal perversidade tem seguido a história. Munanga (2005), nos apresenta uma perspectiva muito parecida ao do autor citado, De acordo com ele;

Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado (MUNANGA, 2005, p.16).

É importante questionar: Quais são as raízes de tanto preconceito? O que faz com que os professores, que tem papel fundamental na constituição da identidade da criança, seja tão racista? Tudo indica que a classificação que racial, que distingue e classifica as pessoas em função da cor de sua pele, seja o início para a barbárie. Munanga, ao tratar sobre o tema reflete que

Assim, os indivíduos da raça “branca”, foram decretados coletivamente superiores aos da raça “negra” e “amarela”, em função de suas características físicas hereditárias, tais como a cor clara da pele, o formato do crânio (dolicocefalia), a forma dos lábios, do nariz, do queixo, etc. que segundo pensavam, os tornam mais bonitos, mais inteligentes, mais honestos, mais inventivos, etc. e conseqüentemente mais aptos para dirigir e dominar as outras raças, principalmente a negra mais escura de todas e conseqüentemente considerada como a mais estúpida, mais emocional, menos honesta, menos inteligente e portanto a mais sujeita à escravidão e a todas as formas de dominação (MUNANGA, 2003 s/n).

Essa classificação, que separa as ditas “raças” criadas no século XVIII, ainda está presente no imaginário social brasileiro nos dias atuais, mesmo considerando os estudos realizados no campo da biologia que, por variadas formas já demonstrou que a “raça” não existe. Segundo Munanga (2003), os estudiosos desse campo de conhecimento chegaram à conclusão de que a raça não é uma realidade biológica, mas sim, apenas um conceito, aliás, cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la, em raças estancas. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem.

É possível compreender com o autor que o pior problema gerado pelos geneticistas foi o estabelecimento de valores culturais relacionados à cor da pele das pessoas, como demonstrado acima. “Se na cabeça de um geneticista contemporâneo ou de um biólogo molecular a raça não existe, no imaginário e na representação coletivos (...) É a partir dessas raças fictícias ou “raças sociais” que se reproduzem e se mantêm os racismos populares.” (2003, s/n)

Percebe-se que os negros africanos foram classificados e inferiorizados em função de suas características físicas. A partir deste advento, o ocidente passou a criar uma forma de enxergar a África, considerando um único viés “o certo é que a lente utilizada para ver o outro foi construída por pedaços do próprio espelho em que o Eu se admirava e se identificava” (OLIVA, 2007, p.19). Ainda, de acordo com o mesmo autor:

Havia, portanto, uma clara dicotomia na forma de se enxergar os outros (principalmente aqueles vistos em posição claramente antagônicas, como era o caso dos africanos) por meio das lentes construídas, quase sempre, com base em uma estrutura comparativa-depreciativa. Tudo que se afastava da anormalidade e das regras vigentes na Europa passava a ser alvo de estranhamento e crítica, ao mesmo tempo de confirmação e reafirmação de suas características e faces. (OLIVA, 2007, p.23).

Munanga em 2015, nos apresenta uma argumentação semelhante, na qual ele nos mostra que os negros africanos não tiveram suas histórias contadas corretamente.

A história da África na historiografia colonial foi negada e quando foi contada o foi do ponto de vista do colonizador. Da mesma maneira, a história do negro no Brasil passou pela mesma estratégia de falsificação e de negação e quando foi contada o foi do ponto de vista do outro e de seus interesses. (MUNANGA, 2015, p.31).

Percebe-se que esses estereótipos estão até os dias atuais no imaginário social brasileiro. A África é apresentada de maneira negativa, na qual só se conta um lado da história, e esse lado faz como que o racismo e a xenofobia, desenvolva mais raízes. “A memória da escravidão no Brasil é ora esquecida ou negada, ora descrita negativamente como uma simples mercadoria ou uma força animal de trabalho sem habilidades cognitivas” (MUNANGA, 2015, p.29). Segundo o autor, para justificar o tratamento desumano direcionado aos negros escravizados,

Era preciso atribuir ao africano “abstrato” as qualidades tais como a preguiça, libidinagem, vagabundagem, deslealdade etc.

que apenas o chicote da escravidão poderia corrigir. Esse retrato depreciativo forjado contra os escravizados foi por força da pressão psicológica introjetada pelos sujeitos escravizados que acabaram por aceitá-lo como que fazendo parte de sua natureza humana negra. (MUNANGA, 2015, p. 29).

Mesmo nos dias atuais, apesar das diferenças, ainda é possível verificar como ocorre a divulgação da imagem, de forma depreciativa, dos africanos e de seus descendentes, Para Wedderburn “considerando a visão negativa sobre a África que predominou na sociedade brasileira durante tanto tempo, o primeiro desses problemas, e, talvez o de maior significância, tem a ver com o pesado legado de fontes bibliográficas eruditas ‘poluídas’”. (2005, p.29). É necessário uma análise das fontes bibliográficas que são usadas nas salas de aula, pois vários autores têm seus pensamentos totalmente influenciados pelo eurocentrismo, essas fontes acabam influenciando os alunos na construção de suas concepções sobre a África.

Estudiosos sobre a temática são categóricos em afirmar que no ambiente escolar um dos fatores de maior importância é a formação de professores, já que, são seus imaginários que são carregados de racismo de formas negativas e estereotipadas sobre a África, os africanos e seus descendentes. Nesse sentido, formar os professores para que aprendam a trabalhar com a temática, é essencial. Cardoso (2015) ao pesquisar professores que participaram de um processo formativo à distância e suas visões sobre o continente africano percebeu que

Ao longo do curso foram identificadas postagens que comprovam que os estereótipos aludidos por Adichie e discutidos nas primeiras aulas foram abalados, mas não saíram do imaginário social de alguns professores. As representações de África-vítima, África-conquistada e África-primitiva permaneceram nos textos de muitos cursistas até os últimos dias de aula. Em algumas postagens, esses juízos sobre passado e o presente africano aparecera todos juntos; em outras, foi possível identificá-los separados. (CARDOSO, 2015, p.130)

Recentemente, no contexto da implementação das Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais, História e Cultura africana e Afro-brasileiro, Trinidad e Silvério nos diz que;

Em relação à formação de professores, as diretrizes orientam no sentido de se desfazer a mentalidade racista e discriminadora secular; para a necessidade de superar o etnocentrismo europeu; para a desalienação dos processos pedagógicos; para a construção de

projetos pedagógicos, e pedagogias, que desvendem os mecanismos racistas e discriminatórios com o objetivo de reeducar as relações étnico-raciais. (TRINIDAD e SILVERIO, 2012, p.905).

Após diferentes leituras compreende-se que a educação é a chave para uma nova perspectiva de luta e resistência. O movimento negro percebeu a extrema importância em educar a população negra que era inferiorizada e excluída do ambiente escolar. Mesmo com a constituição de 1988, na qual estabelece que a educação é para todos e todas, através de dados do IBGE (2018), é possível identificar um índice muito baixo da população negra que frequenta a escola. Gomes nos mostra em seu artigo a importância da educação, na qual ela nos diz que;

Os ativistas do Movimento Negro reconhecem que a educação não é a solução de todos os males, porém, ocupa um lugar importante nos processos de produção de conhecimento sobre si e sobre “os Outros”, contribui na formação de quadros intelectuais e políticos e é constantemente usada pelo mercado de trabalho como critério de seleção de uns e exclusão de outros. (GOMES,2011, p.04).

Vários autores que foram citados anteriormente e que discutiram e ainda discutem temáticas relacionadas aos africanos e aos afro-brasileiro, nos apresentam que trabalhar com as orientações contidas na lei 10.639/03 permite uma reflexão de como se pensar as histórias de povos que foram desumanizados e excluídos pela sociedade “branca” europeia. Entre outros, WEDDERBURN (2005), nos diz que para contar a história da África, é necessário se pensar a África não com uma perspectiva de vitimização, mas com uma nova percepção, colocando-os como sendo donos de sua própria história. Assim, considerar que os seguintes aspectos, são importantes:

- Berço da humanidade em todas as suas configurações tanto antiga (Homo Habilis, Homo Erectus, Homo Neanderthalensis) como moderna (Homo Sapiens Sapiens);
- Lugar a partir do qual se efetuou o povoamento do planeta, a partir de 100 a 80 mil anos;
- Berço das primeiras civilizações agro-sedentárias e agro-burocráticas do mundo ao longo do Nilo (Egito, Kerma, Meroé). (WEDDERBURN, 2005, p.137).

No caso da população brasileira, principalmente estudantes e professores, deve pensar a África não somente vinculada ao processo de escravização. Deve-se pensar que o continente africano teve um papel muito importante na construção da sociedade que hoje é conhecida como sociedade brasileira. “As Diretrizes, também, abrem novas possibilidades de interpretação das contribuições das culturas africanas na constituição de nossa brasilidade para além do trabalho escravo e da invisibilidade proporcionados pelo mito da democracia racial” (TRINIDAD e SILVERIO, 2012, p.894).

Em relação à percepção negativa que o ocidente criou para definir os africanos, percebe-se que ainda está no imaginário social brasileiro, é possível identificar o peso do legado histórico de escravidão. “De fato, de um ponto de vista histórico, a identidade branca que se construiu no Brasil em aproximação com a condição de liberdade e a memória dela, e a identidade negra, em aproximação com a escravidão” (ABREU e MATTOS, 2008, p.10). Carlos Moore nos diz que:

A singularidade do continente africano que teve a maior repercussão negativa sobre o seu destino, determinando o que é a África de hoje, foi a de ter sido o primeiro e único lugar do planeta onde seres humanos foram submetidos às experiências sistemáticas de escravidão racial e de tráfico humano transoceânico em grande escala. (WEDDERBURN, 2005, p.138).

Por isso, retomando a discussão sobre a lei 10.639/03, é necessário destacar a importância de qualificar os professores. Simplesmente ensinar sobre história e cultura africana e afro-brasileira, não é o suficiente, para que se alcance o objetivo desejado, é preciso uma formação de professores que os qualifiquem e os tornem capazes de lidar com as diversidades culturais. É importante abordar, nas salas de aula, temas que dialoguem com várias culturas. De acordo com Nilma Lino Gomes;

Um dos primeiros caminhos a serem trilhados nessa direção poderá ser o da inserção, nos cursos de formação de professores e nos processos de formação em serviço, de disciplinas, debates e discussões que privilegiem a relação entre cultura e educação, numa perspectiva antropológica. (GOMES, 2003, p.169).

Entende-se a importância da operacionalização das orientações dadas pela Lei 10.639 de 2003, contudo, destaca-se que é a escola o lugar privilegiado para se desconstruir e reconstruir visões e práticas racistas. “Como todas as disciplinas humanísticas, a história é um campo movediço, prestando-se a múltiplas distorções. O conjunto de elementos que compõem a subjetividade é de fato o que determina a “interpretação” ou “tradução” da realidade do outro” (WEDDERBURN, 2005, p.134). A

escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade negra. “O olhar lançado sobre o negro e sua cultura, na escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las”. (GOMES, 2003, p.171 e 172).

4. OBJETIVOS

4.1- OBJETIVO GERAL:

- ✓ Analisar quais as concepções que professores e alunos do ensino médio têm sobre a história e cultura africana e afro-brasileira.

4.2- OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Verificar em qual perspectiva a história e cultura africana e afro-brasileira está sendo ensinada por escolas de ensino médio;
- ✓ Identificar nos livros didáticos de história do ensino médio, e outros materiais pedagógicos, como a história e cultura africana e afro-brasileira está representada;
- ✓ Compreender como professores e alunos de escolas do ensino médio do componente curricular de histórias, interpretam a história e cultura africana e afro-brasileira, no espaço escolar, após 15 anos de promulgação da Lei 10.639/2003.

5. METODOLOGIA

Para desenvolver a pesquisa em questão, será utilizada a abordagem qualitativa. Segundo Gil (apud SILVEIRA; CORDOVA, 2009, p. 17) a pesquisa é um “procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos”. Para dar respostas a esses problemas é necessário seguir etapas pré-estabelecidas, dentre as quais a metodologia, que na

perspectiva de Fonseca citado por Silveira e Córdova “é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo”.

Para responder ao problema e alcançar os objetivos (geral e específicos) da pesquisa, será utilizada a abordagem qualitativa. Esta que, segundo (GERHARDT e SILVEIRA (Orgs), 2009, p. 31): se preocupa com “o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Com a pesquisa qualitativa busca-se “explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito”, nela, não há uma quantificação dos valores e das trocas simbólicas “nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos² (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens”. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível e o conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. (GERHARDT e SILVEIRA (Orgs), 2009, p. 32). As características da pesquisa qualitativa são:

[...] objetivação do fenômeno; hierarquização das ações de descrever, compreender, explicar, precisão das relações entre o global e o local em determinado fenômeno; observância das diferenças entre o mundo social e o mundo natural; respeito ao caráter interativo entre os objetivos buscados pelos investigadores, suas orientações teóricas e seus dados empíricos; busca de resultados os mais fidedignos possíveis; oposição ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências. (GERHARDT e SILVEIRA (Orgs), 2009, p. 32).

Sendo assim, primeiramente, será realizado um aprimoramento do levantamento bibliográfico, visando melhor aprofundamento da temática proposta. Em seguida, será selecionada a escola para a realização da pesquisa, onde será solicitada a permissão junto a direção da escola, para o desenvolvimento do projeto. A partir daí, será realizado o levantamento e a análise do currículos implementado pela escola do ensino médio de Candeias-Ba. O objetivo é verificar se contém, no currículo, conteúdos sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, ou seja, os valores culturais e históricos que possibilitem a identificação e a aproximação dos estudantes com o continente.

² Análise de dados nominais sem qualquer noção de similaridade ou mesmo ordem; usa vetores de características com valores reais e discretos e com métricas estabelecidas. Disponível em: <http://recpad.info/arquivos/aula11/aula11_2011.pdf>.

Para obter resultados aprofundados, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com professores e alunos do componente curricular de História, visando, assim, maior aproximação com os entrevistados. Cabe aqui lembrar que;

A entrevista semiestruturada é uma das formas para coletar dados. Ela se insere em um espectro conceitual maior que é a interação propriamente dita que se dá no momento da coleta. Nesse sentido, para nós, a entrevista pode ser concebida como um processo de interação social, verbal e não verbal, que ocorre face a face, entre um pesquisador, que tem um objetivo previamente definido, e um entrevistado que, supostamente, possui a informação que possibilita estudar o fenômeno em pauta, e cuja mediação ocorre, principalmente, por meio da linguagem (MANZINI, 2004, p.08).

Será elaborado um roteiro. O objetivo das entrevistas semiestruturadas é compreender quais são as percepções que os alunos têm sobre a África, sua história e cultura e também, dos afro-brasileiros. Serão entrevistadas 3 alunas, com idade entre 14 e 17 anos e 3 adolescentes na mesma faixa etária. Será utilizado um gravador para registrar a entrevista. Serão, também, realizadas observações, visando compreender como os professores de história ensinam sobre a história e cultura africana e afro-brasileira.

Em relação aos estudantes e o nível de ensino no qual estão inseridos, de acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), tal nível se caracteriza como uma etapa final da educação básica, ou seja, define como a conclusão de um período de escolarização de caráter geral. Desse modo compreende-se que o ensino médio é a etapa que forma o indivíduo para o exercício da cidadania.

Com professores/as, especificamente, serão realizadas - entrevistas semiestruturadas, afim de obter a perspectiva destes em relação ao currículo escolar e, identificar qual é a visão deles/as sobre o que seria uma educação na perspectiva da Lei 10.639/03. A opção por fazer entrevista com professores/as, é que, por meio delas, serão obtidas bases necessárias para desenvolver entrevistas com os alunos/as do ensino médio. A entrevista será direcionada para o contexto - a partir do currículo e da prática docente, tendo como entrevistados/as os professores/as de história da escola que será selecionada.

A opção por utilizar o método da entrevista, é que segundo Richardson (2012, p.208) a mesma se desenrola a partir de perguntas pré-formuladas, isto é, feitas antes da entrevista, esse tipo de técnica possibilitará maior liberdade para as respostas do/a entrevistado/a. Com o método da entrevista, será possível estabelecer um maior contato com os/as entrevistados/as e, a partir, daí, obter respostas mais adequadas às perguntas, visto que eles/as terão maior liberdade. Permitindo, maior exploração das respostas em relação aos tópicos que irei utilizar, para a pesquisa.

Por fim, será realizado um levantamento de livros didáticos e outros materiais utilizados em sala de aula. Posteriormente, os materiais serão analisados, com o objetivo de entender como os conteúdos sobre a África, encontram-se representados e qual percepção sobre a África está se construindo no imaginário dos alunos, a partir da utilização dos materiais, em salas de aula.

6. CRONOGRAMA

| ANOS/ETAPAS | 2019 | 2020 | | 2021 | | 2022 |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2º Semestre | 1º Semestre | 2º Semestre | 1º Semestre | 2º Semestre | 1º Semestre |
| Revisão do projeto | x | x | | | | |
| Levantamento bibliográfico e fichamentos | | | x | x | | |
| Apresentação do projeto revisado | | | | x | | |
| Organizar a estrutura para a monografia | | | x | x | | |
| Preparo do roteiro e coleta de dados | | | | x | | |
| Análise dos dados coletados | | | | | x | x |
| Elaboração e Redação do trabalho | | | | | x | x |
| Revisão e redação final | | | | | | x |
| Entrega da monografia | | | | | | x |
| Defesa da monografia | | | | | | x |

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marta; MATTOS, Hebe. Em torno das “Diretrizes curriculares nacionais para a educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana”: uma conversa com historiadores.
- CARDOSO, Maria. *Entre estereótipos e saberes: a África e os africanos em um curso de licenciatura em história*. Revista História e Diversidade Vol. 6, nº 1 2015, p.125-140.
- GONÇALVES, Luiz; SILVA, Petronilha. *Movimento Negro e Educação*. Set/Out/Nov/Dez 2000 Nº 15. pp 134-158.
- GOMES, Nilma. *Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo*. Educação e Pesquisa, São Paulo, v.29, n.1, p. 167-182, jan./jun. 2003.
- GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (organizadores). *Métodos de Pesquisa*. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.
- GOMES, Nilma. *Diversidade étnico-racial, inclusão e equidade na educação brasileira: desafios, políticas e práticas*. RBPAE – v.27, n.1, p. 109-121, jan./abr. 2011
- MATTOS, Hebe Maria (2003). “O ensino de história e a luta contra a discriminação racial no Brasil”. In M. Abreu&R. Soihet, *Ensino de história: conceitos, temáticas e metodologia*. Rio de Janeiro, Casa da PalavraFAPERJ. p. 135.
- MANZINI, E.J. Considerações sobre a elaboração de roteiro para entrevista semi-estruturada. In: MARQUEZINE: M. C.; ALMEIDA, M. A.; OMOTE; S. (Orgs.) Colóquios sobre pesquisa em Educação Especial. Londrina:eduel, 2003. p.11-25.
- MONTEIRO, Artemisa. *A África no imaginário social brasileiro*. VIII congresso Luso-Afro-Brasileiro de ciências sociais Coimbra 16, 17 e 18 de setembro de 2004, p.02.
- MUNANGA, Kabengele. *Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia*. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação-PENESB-RJ, 05/11/03.
- _____. *Superando o Racismo na escola*. 2ª Edição, 2005 p.16-20.
- _____. *Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?* Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.
- OLIVA, Anderson. *A História da África nos bancos escolares. Representações e imprecisões na literatura didática*. Estudos Afro-Asiáticos, Ano 25, nº 3, 2003, p. 421-461.

_____. *Diálogos entre as representações dos africanos no imaginário Ocidental e o ensino da história no mundo Atlântico (1990-2005)*. Brasília, 2007. 16, 32.

RICHARDSON, Roberto. *Pesquisa Social; Métodos e Técnicas*. Editora Atlas SA. São Paulo, 2012.

SILVA, Ana. *Superando o racismo na escola; A desconstrução da discriminação no livro didático*. 2005, p. 21-25.

SILVA, Petronilha. *Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil*. Porto Alegre/RS, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

SILVEIRA, Denise; CÓRDOVA, Fernanda. *A pesquisa científica*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SILVÉRIO, Valter; TRINIDAD, Cristina. *Há algo novo a se dizer sobre as relações raciais no Brasil contemporâneo? Educ. Soc.*, Campinas, v. 33, n. 120, p. 891-914, jul.-set. 2012.

WEDDERBURN, Carlos. *Novas base para o ensino da história da África no Brasil (CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES)*. 2005, 40 p.

_____. *Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei federal nº10.639/03*. p.133. Brasília, 2005.

Sites visitados:

BLOG MUNDO EDUCAÇÃO. Eurocentrismo. Disponível em: <<http://mundoeducacao.bol.uol.com.br/geografia/eurocentrismo.htm>> Acessado em: 15 de outubro de 2018.

BLOG CANDEIAS BAHIA. Tudo Sobre Candeias. Disponível em: <http://www.candeiasbahia.net/2009/11/candeias-bahia.html> Acesso em: 15 de Outubro de 2018.